

APRESENTAÇÃO

Está no ar a Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico número 9. A revista é uma ação do Grupo de Pesquisa em Governo eletrônico, inclusão digital e sociedade do conhecimento, cadastrado no CNPq, do qual fazem parte pós-graduandos (mestrandos e doutorandos) dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento e em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Assim como as demais edições, a revista traz discussões levantadas por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Tais discussões têm como temas transversais o Governo Eletrônico e a Informática Jurídica envolvendo diversas áreas disciplinares tais como direito da informática, direito administrativo, direito constitucional e ciência política; ciências de informação e computação, mídia, engenharia e gestão do conhecimento.

No total, nove trabalhos foram contemplados neste número, sendo que o índice geral de aceitação ficou em 64,28%. A apresentação de tais trabalhos foi dividida em dois módulos: *Governo eletrônico e inclusão digital*, contemplando os sete primeiros artigos, e *Informática jurídica e direito da informática*, contemplando os dois últimos.

O primeiro artigo analisa desenvolvimento das novas tecnologias tendo como foco a internet e seus desdobramentos vinculados ao desenvolvimento do constitucionalismo contemporâneo, balizando-se nas obras *Republic.com 2.0* de Cass Sunstein e *¿Ciberciudadaní@ o cidadaní@.com?* de Perez Luño.

O segundo artigo apresenta o portal e-democracia da Câmara dos Deputados como sendo um sistema sócio-tecnológico. Para tal, parte de uma revisão teórica com relação à Teoria Geral de Sistemas, com enfoque nas interações, tomando como base a teoria da autopoiese de Maturana e Varela, e utiliza o portal e-democracia como estudo de caso, demonstrando tais acoplamentos.

O terceiro discute alternativas que contribuam de forma inteligente para prevenir os problemas das cidades do futuro e defende que a formação de regiões inteligentes não está necessariamente vinculada à noção de cidade urbana. Para ilustrar tal afirmação, apresenta um estudo de caso referente às iniciativas adotadas pela cidade de Eralv Velho, situada no meio-oeste catarinense, a qual ostenta o título de Capital Catarinense da Reciclagem.

A redução de riscos de desastres é tema do quarto artigo, que visa apresentar a mobilização da Defesa Civil de Nova Friburgo em plataformas digitais de redes sociais como uma alternativa de governança eletrônica. Para tal, conduz uma análise de conteúdo em relação às incidências on-line da Defesa Civil em suas páginas oficiais do Twitter e Facebook.

O quinto artigo pretende demonstrar a atuação do Poder Judiciário brasileiro na construção de uma sociedade mais democrática. Argumenta, para este fim, que o Judiciário eletrônico tem proporcionado mudanças na prestação jurisdicional, em especial pela implementação do processo eletrônico e que o Poder Judiciário tem como contribuir de forma efetiva, tanto na sua relação com os outros poderes quanto no desempenho de sua função específica.

O sexto artigo busca identificar as ferramentas de governo eletrônico e iniciativas de inclusão digital utilizadas pela Prefeitura Municipal de Criciúma para disponibilizar seus serviços e interagir com a sociedade. Assim, apresenta um estudo de caso de caráter exploratório qualitativo junto a quatro profissionais da prefeitura.

O sétimo avalia a distribuição da Internet nos domicílios brasileiros e suas perspectivas futuras. Utiliza o teste de hipóteses binomial para comprovar que a Internet é uma ferramenta que não está presente na maioria dos domicílios brasileiros, apesar das suas funcionalidades, seu crescimento e facilidade de acesso crescente ao longo do tempo.

O oitavo artigo discute o Marco Civil da Internet no Brasil, partindo das origens dos direitos fundamentais, que se se consolidam na legislação constitucional brasileira como prerrogativas ao Estado Democrático de Direito, aos propósitos do direito de Acesso à Informação.

E, finalmente, o nono artigo tem como escopo entender o controle social e os desdobramentos do poder na denominada Sociedade da Informação, tanto na esfera pública quanto na esfera privada.

Gostaríamos de agradecer imensamente aos Professores Doutores, especialistas de notório saber nos temas da revista, que dispuseram do seu tempo e participaram das avaliações dos artigos apresentados nesta edição. São eles:

Professores	Instituição
Adriana Silva Maillart	UNINOVE
Aires José Rover	Universidade Federal de Santa Catarina
Aírton Ruschel	MCTI
Anselmo José Spadotto	UNINOVE/UNESP

César Serbena	Universidade Federal do Paraná
Fernando Galindo	Universidad de Zaragoza
Giovani de Paula	Universidade Federal de Santa Catarina
José Miguel Busquets	Universidad de la República
Marco Antônio Barbosa	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas
Maurinice Evaristo Wenceslau	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Orides Mezzaroba	Universidade Federal de Santa Catarina
Ramón Gerônimo Brenna	Universidad de Buenos Aires
Ricardo Piana	Universidad Nacional de La Plata
Roberto Giordano Lerena	Universidad FASTA
Samantha Meyer-Pflug	UNINOVE

Os artigos aqui publicados foram avaliados por no mínimo dois especialistas, em *double blind review*. Agradecemos também aos nossos autores e aqueles que colaboraram enviando seus artigos e esperamos que nossos leitores aproveitem a leitura e busquem participar ativamente das discussões sobre as temáticas desta revista.

Boa leitura a todos!

Paloma Maria Santos
Aires José Rover
Comitê Editorial

Florianópolis, 01/11/2013.